

Violência sexual e/na universidade

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi sistematizar informações sobre a violência sexual no contexto universitário em trabalhos de pós-graduação disponibilizados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Quinze estudos foram recuperados e categorizados em indiretos (que discutem a violência sexual de forma ampla, tendo a população universitária como participante) e diretos (que investigam como ela acontece no contexto universitário). Os resultados destacaram vários aspectos — raça, gênero, mitos sobre o estupro e valores dos estudantes — ligados à ocorrência de violência sexual nas universidades, incluindo a percepção da população acadêmica e os incidentes contra funcionários e estudantes. No entanto, este tema ainda está em fase inicial nos trabalhos de pós-graduação, havendo também a necessidade de maior sistematização na caracterização dessa violência.

PALAVRAS-CHAVE: Violência sexual. Violência de gênero. Universidade.

Wesley Henrique Pagel

E-mail: wespagelz@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2839-7655>
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil

Letícia Silva Lima

E-mail: silvalimaleticia@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6684-6506>
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil

Emanuelle Castaldelli Silva

E-mail: ecastaldellisilva@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6867-2848>
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil

Carolina Laurenti

E-mail: claurenti@uem.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5247-9610>
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil

INTRODUÇÃO

A violência sexual é uma dentre as diferentes formas de violência vivenciadas pelas mulheres universitárias (Sayuri; Sicuro, 2019). Ela pode ser definida como o uso de coação em qualquer ato sexual ou tentativa de obtê-lo, além de comentários ou investidas sexuais indesejadas, e atos direcionados ao tráfico sexual ou voltados contra a sexualidade de uma pessoa (Krug *et al.*, 2002).

Apesar de ser uma prática nociva e recorrente no ambiente acadêmico (Sayuri; Sicuro, 2019), as publicações nacionais sobre o assunto ainda são pouco sistematizadas quando comparadas à produção científica de outros países (Porto, 2017). Paralelamente a isso, pesquisas de revisão ou estado da arte costumam negligenciar a literatura não convencional na forma de teses e dissertações (Pereira; Galvão, 2014), o que também parece acontecer com os estudos sobre o tema nesse contexto. Abarcar esse tipo de literatura pode contribuir para a identificação dos diferentes trabalhos que vêm sendo desenvolvidos, auxiliando na comunicação entre pesquisadores(as) interessados(as) na temática e na consolidação de agendas e redes de pesquisa.

Considerando o exposto, o objetivo deste estudo foi sistematizar informações sobre a violência sexual no contexto universitário em teses e dissertações nacionais. Com isso, espera-se oferecer material adicional às pesquisas sobre o fenômeno, que têm se pautado majoritariamente em publicações na forma de artigos. Almeja-se, igualmente, contribuir para o delineamento de um panorama mais abrangente sobre as produções acadêmicas nacionais voltadas à temática em pauta, dando visibilidade às suas diferentes estratégias metodológicas, bem como aos aspectos ressaltados por elas para compreender e enfrentar esse tipo de violência.

MÉTODO

Foi realizada uma revisão bibliográfica, cujas fontes foram teses e dissertações nacionais sobre violência sexual no contexto universitário disponibilizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As buscas foram realizadas pela combinação, por meio do operador booleano “E”, de cada um dos descritores relacionados à violência sexual (abuso sexual, assédio sexual, violência sexual e estupro) com aqueles referentes ao contexto universitário (universidade, universitário, faculdade e estudante), sem restrição de data.

Foram consultadas todas as teses e dissertações em que ao menos uma combinação dos descritores aparecia no título e/ou no resumo do trabalho. Após essa análise, foram incluídas aquelas que investigaram a ocorrência da violência sexual no contexto universitário, bem como a percepção de estudantes de ensino superior e servidores(as) sobre o fenômeno da violência sexual e de gênero de forma geral. As publicações em que os descritores se referiam a casos de violência atendidos por serviços universitários prestados à comunidade externa, ou àqueles relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes, foram excluídas. Além desses critérios, foram excluídas duas dissertações por inacessibilidade ao material completo.

RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta a tese e as dissertações selecionadas. São especificados: as autorias dos trabalhos, o título, o ano de publicação, o nível de pesquisa e a maneira como o tema foi abordado, dividindo os trabalhos em diretos ou indiretos. Os estudos classificados como diretos investigam como a violência sexual acontece na própria universidade. Já os indiretos discutem a violência sexual e de gênero de modo não restrito ao contexto universitário, utilizando-se da população universitária apenas como participante de pesquisas sobre a percepção acerca da temática. Contemplar as publicações indiretas no escopo da amostra deste estudo é relevante, pois seus dados podem fornecer indicadores a respeito de como a população universitária compreende e pode lidar com as violências perpetradas por membros da comunidade acadêmica.

Tabela 1 – Caracterização das teses e dissertações selecionadas

Autor(a)	Título	Ano	Nível de pesquisa	Abordagem
1. ALMEIDA, J. B. L.	Crenças sociais acerca das diferenças entre homens e mulheres e suas relações com a percepção da violência do homem contra a mulher	2007	Dissertação	Indireta
2. CARVALHO-BARRETO, A.	Predição à violência de gênero em estudantes universitários: estudo exploratório	2008	Dissertação	Indireta
3. SCARPATI, A. S.	Os mitos do estupro e a (im)parcialidade jurídica: a percepção de estudantes de direito sobre mulheres vítimas de violência sexual	2013	Dissertação	Indireta
4. FLAKE, T. A.	Violência no namoro entre jovens universitários no Estado de São Paulo	2013	Tese	Direta
5. ALBUQUERQUE, I. M.	Violência sexual e discriminação racial: influência na responsabilização da vítima	2015	Dissertação	Indireta
6. NASCIMENTO, B. S.	Atitudes frente à violência contra a mulher: o papel dos valores e da desumanização da mulher	2015	Dissertação	Indireta

7. FONSECA, D. D. F.	Assédio moral e assédio sexual: investigação sobre as formas de violência laboral baseadas nas relações de poder	2017	Dissertação	Direta
8. LIMA, E. C.	Assédio sexual em uma instituição de ensino superior: a percepção das servidoras da Universidade Federal do Ceará (UFC)	2017	Dissertação	Direta
9. BELLINI, D. M. G.	Violência contra as mulheres nas universidades: contribuições da produção científica para sua superação	2018	Dissertação	Direta
10. ZOTARELI, V. M.	Violência de gênero e sexual entre alunos de uma universidade estadual paulista	2018	Dissertação	Direta
11. ANDRADE, E. S.	A culpa do estupro é da mulher? Uma análise do processo de legitimação do estupro	2018	Dissertação	Indireta
12. SCHMIDT, J.	Violência contra as mulheres no trabalho: o assédio sexual em uma Universidade Federal	2019	Dissertação	Direta
13. RICKLI, E. M.	Violência contra estudantes universitários no ambiente acadêmico: uma análise por sexo	2020	Dissertação	Direta
14. FARENSENA, G. S.	“Tire seus olhos de cima de mim!”: um estudo sobre o assédio sexual entre servidores de uma universidade pública	2020	Dissertação	Direta
15. SANTOS, T. L.	Relatos de agressões, abusos e maus tratos durante a graduação em medicina: um estudo transversal conduzido durante a Pandemia de COVID-19	2021	Dissertação	Direta

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Foram recuperados 15 trabalhos, sendo 14 (93,3%) dissertações e 1 (6,7%) tese. Desse total, 9 (60%) trataram a temática de modo direto e 6 (40%) de modo indireto. A maioria dos trabalhos indiretos ao tema foi publicada antes de 2015 (83,3%), ao passo que os trabalhos classificados como diretos foram publicados principalmente a partir de 2017 (88,9%).

As informações concernentes às publicações indiretas foram arroladas na temática "violência sexual e contexto universitário". Já as pesquisas diretas foram compiladas no item "violência sexual na universidade".

DISCUSSÕES

Violência sexual e contexto universitário

Os principais objetivos das dissertações consideradas indiretas ao tema foram correlacionar a percepção dos participantes universitários sobre a violência contra a mulher e a violência sexual com seus valores e crenças sociais, bem como caracterizar possíveis vítimas e agressores da violência de gênero. Para isso, os(as) autores(as) utilizaram diferentes métodos envolvendo a aplicação de instrumentos e questionários relativos a essas temáticas.

As pesquisas convergem ao enfatizar os contextos sociais, culturais e históricos para compreender a violência sexual e de gênero, em detrimento de explicações psicopatologizantes e biologizantes do comportamento individual do agressor. Esse contexto em que se dão as violências é caracterizado por algumas autoras como patriarcal (Almeida, 2007; Andrade, 2018; Carvalho-Barreto, 2008; Nascimento, 2015; Scarpatti, 2013). O patriarcado, entendido como uma organização social hierárquica entre o gênero masculino e o feminino, com primazia masculina, explicaria a dominação do homem sobre a mulher em diversos âmbitos sociais (Saffioti, 2004). Embora nem toda a literatura analisada utilize o termo "patriarcado" de forma explícita para descrever o cenário em que ocorre a violência, a concepção de que as construções sociais e políticas são demarcadas pelos papéis de homens e mulheres na sociedade de maneira desigual (Albuquerque, 2015) faz parte das explicações teóricas dessas pesquisas.

Além de os estudos analisados destacarem que os homens geralmente são os perpetradores dos abusos, também é apontado que universitários homens demonstram maior justificação e menor atribuição de punição à violência, quando comparados às mulheres (Almeida, 2007; Andrade, 2010; Scarpatti, 2013). Ainda, é destacado que os universitários que apresentaram crenças essencialistas a respeito dos papéis de gênero, bem como maior preocupação com a manutenção da tradição e de hierarquias, possuem maiores níveis de aceitação dessas agressões (Almeida, 2007; Nascimento, 2015). Em última instância, as pesquisas indicam ser possível correlacionar que os indivíduos que se preocupam com o status de virilidade masculina e pudor feminino tendem a concordar com a responsabilização da vítima de estupro e com afirmações de que as mulheres exageram sobre o assunto (Scarpatti, 2013).

Com base nos resultados das dissertações examinadas, pode-se inferir que as sociedades patriarcais encorajam comportamentos sexualmente violentos por parte dos homens, o que é definido por algumas autoras como "cultura do

estupro” (Freitas; Morais, 2019; Sousa, 2017). Essa cultura é representada, por exemplo, nos modelos midiáticos de papéis sexuais, como a sexualização e a violência em relação às mulheres na mídia e na pornografia. Apesar de o conceito “cultura do estupro” não ter sido inserido nas discussões das dissertações, todos os trabalhos de pós-graduação indiretos ao tema destacam a violência sexual como parte de uma cultura patriarcal, que valoriza comportamentos de dominação e virilidade por parte dos homens e de submissão por parte das mulheres.

Algumas das dissertações analisadas investigaram de maneira mais específica os denominados “mitos de estupro”, entendidos como atitudes e crenças que possuem a função de negar e/ou justificar a violência sexual cometida por homens contra mulheres (Andrade, 2018; Scarpati, 2013). Essa literatura evidencia a existência de um estereótipo social no qual a vítima de violência sexual é aquela atacada de forma agressiva por um desconhecido — considerado monstruoso —, à noite, na rua, estando sozinha e desprotegida (Freitas; Morais, 2019; Ryan, 1988). Dessa perspectiva, os indivíduos podem encontrar dificuldade em reconhecer situações de violência sexual cometidas por homens conhecidos, com proximidade da vítima ou que sejam bem-vistos socialmente. Além disso, a concepção estereotipada da violência sexual e da violência de gênero tem relação com a forma como as vítimas são percebidas e tratadas pela sociedade. Por esse motivo, difamar a imagem da vítima e exaltar a do agressor, desacreditando dos relatos e culpabilizando-a pela situação, ainda é considerada uma estratégia de defesa frequentemente utilizada (Andrade, 2018; Scarpati, 2013).

Pode-se pensar em outros fatores que influenciam na identificação e responsabilização de situações de violência sexual. Um deles são as características étnicas e raciais da vítima e do autor da violência. No Brasil, a mulher negra é discriminada por carregar uma herança histórica relativa ao preconceito racial e por relações hierárquicas de gênero (Rufino, 2001). Dentre as diversas formas de discriminação, sexualiza-se excessivamente a mulher por via da raça (Giacomini, 1994). Assim, uma agressão a uma mulher negra é tratada como menos importante, já que no imaginário social sua sexualidade é “agressiva” e o trauma vivido seria menor que o de uma mulher branca. Já em relação aos homens negros, estes são considerados violentos, persistindo o mito racista de que as mulheres brancas automaticamente são vitimizadas por eles (Salgado; Macri Junior, 2017). Com base nesse contexto, o estudo de Albuquerque (2015) buscou investigar se a cor da pele da mulher e do agressor influencia na responsabilização da mulher pela violência sofrida. Para além do que foi discutido sobre as assimetrias de relações raciais, os resultados indicaram que, em situações de estupro em encontros afetivos, a vítima branca pode ser punida socialmente por se envolver com um homem negro.

As publicações indiretas sugerem que os estudos de correlações entre construtos e percepções servem para embasar ações preventivas e interventivas na sociedade (Carvalho-Barreto, 2008; Nascimento, 2015), o que pode ser estendido também às universidades. Scarpati (2013), por exemplo, recomenda que sejam elaboradas intervenções no ambiente acadêmico a respeito dos mitos de estupro, na forma de cartilhas, aulas e grupos de discussão.

Os resultados encontrados pelas pesquisas analisadas neste subitem demonstram que universitários não estão isentos de reproduzir concepções de gênero alinhadas à sociedade patriarcal e à cultura de dominação masculina. Os mitos e estereótipos relacionados à violência sexual verificados na população

universitária podem implicar a ausência de denúncias, o despreparo para o acolhimento às vítimas e a falta de protocolos de encaminhamento de denúncias nas universidades.

A violência sexual no contexto universitário

Os trabalhos de pós-graduação que tratam a violência sexual como um fenômeno que acontece no próprio contexto universitário são recentes, se comparados aos estudos de percepção dos estudantes sobre esse fenômeno. As dissertações e teses analisadas neste subitem foram, em geral, publicadas a partir do ano de 2017, com exceção da tese de Flake, de 2013. Esse fato pode ser correlacionado com outros fatores sociais e científicos que advieram na mesma época.

Linhares, Fontana e Laurenti (2021), ao sistematizarem protocolos de prevenção e enfrentamento da violência sexual no cenário acadêmico na América Latina, destacaram que a maioria deles foi publicada entre 2015 e 2018, havendo uma maior concentração no ano de 2018. Essas intervenções institucionais coincidiram com uma onda de movimentos sociais feministas nas universidades do Brasil e do mundo, em que foram reivindicados espaços não-sexistas e livres de violência (Linhares; Fontana; Laurenti, 2021). Junto a isso, no Brasil, pode-se inferir uma maior visibilidade ao tema a partir da publicação de relatórios nesse período, denunciando a prevalência da violência contra a mulher no ambiente universitário (Instituto Avon/Data Popular, 2015). Esse cenário ilustra o caráter virtuoso da articulação entre conhecimento científico, políticas públicas e movimentos sociais, interface da qual podem emergir estratégias promissoras para a construção de redes de enfrentamento e prevenção (Linhares; Fontana; Laurenti, 2021).

Ao afirmar que a violência sexual ocorre no contexto universitário, a literatura examinada não a circunscreve aos limites geográficos dos *campi*. O ambiente universitário é compreendido mais como um contexto de relações entre membros da comunidade acadêmica do que como um espaço físico. São também incluídos nesse escopo: trotes, festas, moradias universitárias, repúblicas e estágios de formação (Bellini, 2018). Desse modo, as ocorrências examinadas nas teses e dissertações envolvem diferentes membros da instituição. Serão analisadas, a seguir, as violências sofridas por servidoras e estudantes, que ganharam relevo nas publicações selecionadas.

A violência sexual no contexto universitário sofrida por servidores(as)

No tocante aos casos sofridos por servidores(as) universitários(as), foram examinadas quatro dissertações que abordam a violência sexual no contexto laboral. Nesses estudos, o fenômeno é circunscrito por situações de assédio sexual, devido às características das relações hierárquicas de trabalho nas universidades.

O assédio sexual é definido como constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, tendo o agente a condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função (Brasil, 2001). Apesar do caráter hierárquico, com base nas discussões da jurisprudência sobre o tema (Tristão, 2020), as pesquisas de pós-graduação examinadas subdividem essa categoria. Em uma dessas categorizações, é

apresentado o assédio sexual por chantagem, sendo aquele perpetrado por superiores hierárquicos ou por quem tenha ascendência sobre a vítima (Farencena, 2020; Fonseca, 2017; Lima, 2017; Schmidt, 2019). Também é discutido o assédio sexual ambiental, que não necessariamente trata de uma relação hierárquica entre o assediador e a assediada (Farencena, 2020; Fonseca, 2017; Lima, 2017; Schmidt, 2019).

A partir de 544 respostas de servidores e servidoras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 16,54% dos(as) participantes afirmaram ter sofrido assédio sexual, sendo 80% mulheres (Schmidt, 2019). Apesar das dificuldades em definir a prática, essas participantes responderam à entrevista afirmando que já sentiram e/ou entenderam que outra pessoa ultrapassou o limite entre a “cantada” e o assédio. Em 2020, outra pesquisa foi realizada com os(as) servidores(as) da referida universidade e destacou que apenas uma pequena parcela afirmou ter vivenciado o assédio (Farencena, 2020). Nessa última pesquisa, um questionário sobre diferentes situações de assédio sexual foi respondido pelas servidoras indicando se tais situações foram ou não vivenciadas.

Já na dissertação de Lima (2017), em que foram entrevistadas 56 servidoras da Universidade Federal do Ceará (UFC), 36,2% das participantes afirmaram já ter presenciado ou sofrido assédio sexual. As participantes entenderam o assédio como importunações e insistências; oportunismo; gestos e atitudes de cunho sexual ofensivo e comportamentos que causam constrangimento. Além disso, 79,3% dessa população não considerou a instituição universitária segura em relação à prevenção ou inibição dessa prática (Lima, 2017).

A violência sexual no contexto universitário sofrida por estudantes

Em relação aos casos de violência sexual sofrida por estudantes universitárias, quatro trabalhos de pós-graduação se debruçam sobre o tema e apresentaram resultados referentes à sua prevalência na universidade. Para tanto, essas pesquisas valeram-se da aplicação de questionários com alunos(as) de graduação acerca do fenômeno, destacando algumas características dessa violência. No entanto, verifica-se a ausência de uma definição operacional dos termos referentes à violência sexual nas investigações com os(as) participantes.

Na pesquisa de Santos (2021), participaram 237 alunos(as) de medicina de 48 instituições, públicas e privadas, com o objetivo de descrever a percepção das agressões, dos abusos e dos maus-tratos sofridos durante a graduação. Nesse estudo, a violência sexual foi caracterizada como comportamentos de assédio ou discriminação sexual sofridos pelos(as) respondentes ou seus(suas) colegas. Os assédios e as discriminações sexuais abrangeram, na coleta de dados, fenômenos como o “favoritismo, avanços de cunho sexual, comentários sexistas, material de ensino com conteúdo sexista” (Santos, 2021, p. 18). Nesse sentido, a violência sexual é relacionada ao sexismo, definido pela literatura como condutas negativas e comportamentos discriminatórios dirigidos às mulheres em função da condição de gênero (Lips, 1993).

O assédio e a discriminação sexual foram relatados por 59,6% dos(as) respondentes (Santos, 2021). Ainda, foi possível destacar que a violência sexual acontece de maneira mais frequente contra bissexuais ou homossexuais (67,6%) e contra pessoas que se autoidentificaram como negras (71,4%). Entre as formas de

violência consideradas na pesquisa em questão, os(as) estudantes responderam que já sofreram favoritismo (49,6%) e avanços de cunho sexual (29,8%). Contudo, não é caracterizado ao que se refere o favoritismo; do mesmo modo, não é explicitado o que caracterizaria os avanços de cunho sexual sofridos pelos(as) universitários(as).

Na pesquisa de Rickli (2020), ao analisar a violência ocorrida no ambiente acadêmico de acordo com o sexo dos(as) estudantes de graduação, constatou-se que 12% das universitárias já sofreram violência sexual. Essa violência ocorreu com maior frequência em eventos festivos (33,2%), nos espaços do campus (22,9%) e na sala de aula (14,2%). Os alunos da universidade foram os principais autores desses atos (47,5%), enquanto os professores corresponderam a 17% dos agressores. Para chegar a esses resultados, as participantes responderam a um questionário estruturado se já se sentiram assediadas sexualmente ou foram agredidas sexualmente em situações relacionadas ao contexto acadêmico.

Os avanços de cunho sexual e as agressões sexuais podem ser comumente entendidos como golpes físicos, ferimentos e marcas corporais (Ryan, 1988). Dessa maneira, os comportamentos sexuais violentos que não correspondem a esse estereótipo podem não ser facilmente identificados como formas de violência e, assim, as chances de eles serem relatados ou denunciados são menores. Com base nisso, a ausência de definições de violência sexual e/ou da exemplificação de tais situações podem ser problemática nas investigações sobre o tema com as populações pesquisadas.

Os trabalhos de Zotareli (2018) e Flake (2013) caracterizam a violência sexual pela utilização de força física para obtenção de relações sexuais; pelo uso de ameaças e/ou pela realização do ato sexual por medo; e/ou pela recusa da utilização de camisinha durante a relação. Além disso, foram classificadas como experiências de violência situações em que a vítima não queria a realização do ato, mas considerou como um direito do homem, e/ou a vítima ter sido forçada a manter uma prática sexual humilhante (Zotareli, 2018). De modo semelhante, comportamentos de insistência por parte do autor para fazer sexo também foram considerados como violência sexual (Flake, 2013).

A dissertação de Zotareli (2018) apresenta uma análise de 2.430 respostas de um questionário acerca da prevalência das violências de gênero e sexual entre alunos(as) de uma universidade pública. Participaram da pesquisa 1.228 alunos do sexo masculino (51%) e 1.167 do sexo feminino (49%). Dentre as respostas das alunas, 56,3% afirmaram que já sofreram algum tipo de violência desde seu ingresso na universidade, e 9,4% mencionaram especificamente a violência sexual. Em contrapartida, apenas 3,3% dos alunos homens afirmaram ter perpetrado algum tipo de violência sexual. Já a tese de Flake (2013) objetivou identificar essas violências no namoro entre jovens universitários. Dentre 362 questionários respondidos, a violência sexual foi o segundo tipo mais experienciado pelos(as) participantes (8,4%).

Comparando as caracterizações de violência sexual utilizadas nessas pesquisas com as definições legislativas, identifica-se que as investigações sobre a violência sofrida por estudantes universitários(as) remetem ao estupro e à violência sexual mediante fraude. A legislação define o estupro como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (Brasil, 2009). Já o crime de

violação sexual mediante fraude é definido por “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima” (Brasil, 2009).

Outras situações de violência sexual, como toque de maneira sexual sem consentimento, beijo forçado ou quaisquer tipos de abordagens não consentidas e de cunho sexual, não foram abarcadas nessas pesquisas. Não foram investigadas, também, situações de comentários com apelos sexuais indesejados ou “cantadas” ofensivas. Do mesmo modo, o registro não autorizado de intimidade sexual não foi considerado como uma experiência de violência sexual sofrida por estudantes. Isso pode ocorrer em decorrência do recente estabelecimento da importunação sexual como um crime contra a liberdade sexual (Brasil, 2018). De modo semelhante, verifica-se que o advento de normas legais que caracterizam o registro ou a divulgação de cenas de nudez ou de cunho sexual sem o consentimento de um dos participantes se deu apenas a partir de 2018 (Brasil, 2018). Isso demonstra a importância de definições formais para identificar a violência sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta revisão bibliográfica foi sistematizar resultados de dissertações e teses sobre violência sexual nas quais a população universitária participou de duas formas: como eventuais vítimas de violência sexual perpetrada por integrantes da própria comunidade acadêmica (estudos diretos) e como respondentes de instrumentos que sondavam crenças e percepções sobre violência sexual e gênero pela comunidade universitária (estudos indiretos).

As pesquisas indiretas demonstraram que, além de ser perpassado por mitos e estigmas, o reconhecimento dos casos pela população universitária envolve diversas variáveis — como gênero, raça, sexualidade e classe. Mesmo não tendo examinado ocorrências no âmbito universitário, essas investigações explicitaram como a comunidade acadêmica não está isenta de reproduzir ou ser conivente com práticas violentas relacionadas à ordem patriarcal de gênero. Os dados sugeridos por tais estudos foram consubstanciados pelas pesquisas diretas, que indicaram diferentes formas de violência sexual perpetradas contra servidores(as) e estudantes por membros da própria comunidade acadêmica.

Os estudos mostram que os(as) pesquisadores(as), ao invés de recorrer a explicações internalistas e essencialistas, estão buscando compreender o fenômeno invocando práticas culturais patriarcais historicamente constituídas, no âmbito das quais são forjados determinados estereótipos de masculinidade e feminilidade que estão na base da violência de gênero. Em que pese a perspectiva contextual e social de compreensão do fenômeno, são colocados desafios quanto à possibilidade de se alcançar estratégias bem-sucedidas que permitam às universidades brasileiras enfrentar a violência sexual tanto em sua dimensão local quanto estrutural.

Os múltiplos fatores que perpassam a problemática universitária ganharam relevo por meio da diversidade de estratégias metodológicas utilizadas pelas pesquisas examinadas. Não obstante a proficuidade de um pluralismo metodológico, vale pontuar a necessidade de os estudos apresentarem definições mais precisas de violência sexual, deixando evidentes os parâmetros que estão pautando a caracterização do fenômeno sob exame. Isso pode auxiliar na

identificação dos diferentes aspectos contemplados nesses trabalhos, bem como no reconhecimento de outros elementos que precisam ser ainda perscrutados em estudos posteriores.

Mesmo que os resultados desta pesquisa, restritos à literatura não convencional, possam ser somados aos de outras investigações que privilegiam artigos ou outro veículo de divulgação científica, estudos posteriores que busquem integrar diferentes modalidades de publicação favoreceriam a construção de um cenário mais extensivo do status da pesquisa sobre violência sexual nas universidades brasileiras.

Sexual violence and/at university

ABSTRACT

The aim of this study was to systematize information on sexual violence within the university context across post-graduate works available in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). Fifteen studies were retrieved and categorized into: indirect (which discuss sexual violence broadly, with the university population as participants) and direct (which investigate how it occurs specifically within the university environment). The results highlighted several aspects — such as race, gender, rape myths, and student values — linked to the occurrence of sexual violence in universities, including the academic population's perception and incidents against staff and students. However, this topic is still in its early stages within post-graduate research, indicating a further need for greater systematization in the characterization of this type of violence.

KEYWORDS: Sexual violence. Gender-based violence. University.

Violencia sexual y/en la universidad

RESUMÉN

El objetivo de este trabajo fue sistematizar información sobre la violencia sexual en el contexto universitario a partir de trabajos de posgrado disponibles en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD). Se recuperaron quince estudios, los cuales fueron categorizados en: indirectos (que discuten la violencia sexual de forma amplia, teniendo a la población universitaria como participante) y directos (que investigan cómo esta ocurre en el contexto universitario). Los resultados destacaron diversos aspectos — como raza, género, mitos sobre la violación y valores de los estudiantes — vinculados a la ocurrencia de la violencia sexual en las universidades, incluyendo la percepción de la población académica y los incidentes contra empleados y estudiantes. Sin embargo, este tema aún se encuentra en una fase inicial en los trabajos de posgrado, evidenciando también la necesidad de una mayor sistematización en la caracterización de esta violencia.

PALABRAS CLAVE: Violencia sexual. Violencia de género. Universidad.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, I. M. **Violência sexual e discriminação racial: influência na responsabilização da vítima**. 2015. 93 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7520>. Acesso em: 29 jan. 2021.
- ALMEIDA, J. B. L. **Crenças sociais acerca das diferenças entre homens e mulheres e suas relações com a percepção da violência do homem contra a mulher**. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6953>. Acesso em: 29 jan. 2021.
- ANDRADE, E. S. **A culpa do estupro é da mulher?** Uma análise do processo de legitimação do estupro. 2018. 105 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://uol.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=114217>. Acesso em: 5 ago. 2021.
- BELLINI, D. M. G. **Violência contra as mulheres nas universidades: contribuições da produção científica para sua superação** (SciELO e Web of Science 2016 e 2017). 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9942>. Acesso em: 29 jan. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001**. Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10224.htm. Acesso em: 3 mar. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm. Acesso em: 3 dez. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018**. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13772.htm. Acesso em: 3 dez. 2021.
- CARVALHO-BARRETO, A. **Predição à violência de gênero em estudantes universitários: estudo exploratório**. 2008. 93 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2008. Disponível em: <https://uol.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=81346>. Acesso em: 29 jan. 2021.

FARENCENA, G. S. **“Tire seus olhos de cima de mim!”**: um estudo sobre o assédio sexual entre servidores de uma universidade pública. 2020. 135 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/22721/DIS_PPGGOP_2020_FARENCENA_GISELA.pdf. Acesso em: 31 mar. 2022.

FLAKE, T. A. **Violência no namoro entre jovens universitários no estado de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicine, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em:

<https://doi.org/10.11606/T.5.2013.tde-02082013-152354>. Acesso em: 29 jan. 2021.

FONSECA, D. D. F. **Assédio moral e assédio sexual**: investigação sobre as formas de violência laboral baseadas nas relações de poder. 2017. 80 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em:

<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10303>. Acesso em: 29 jan. 2021.

FREITAS, J. C. C.; MORAIS, A. O. Cultura do estupro: considerações sobre violência sexual, feminismo e Análise do Comportamento. **Acta Comportamentalia**, v. 27, n. 1, p. 109–126, 2019.

HILL, C.; SILVA, E. ***Drawing the line: sexual harassment on campus***. American Association of University Women Educational Foundation, 2005. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/234689142_Drawing_the_Line_Sexual_Harassment_on_Campus. Acesso em: 11 jul. 2021.

INSTITUTO AVON; DATA POPULAR. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. São Paulo: Instituto Avon, 2015. Disponível em:

http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf. Acesso em: jul. 2021.

KRUG, E. G. *et al.* (ed.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: World Health Organization, 2002.

LIMA, E. C. **Assédio sexual em uma instituição de ensino superior**: a percepção das servidoras da Universidade Federal do Ceará (UFC). 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/26603>. Acesso em: 29 jan. 2021.

LINHARES, Y.; FONTANA, J.; LAURENTI, C. Protocolos de prevenção e enfrentamento da violência sexual no contexto universitário: uma análise do cenário latino-americano. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 1, p. 327–345, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200180>.

LIPS, H. ***Sex and gender***. Mountain View: Mayfield, 1993.

NASCIMENTO, B. S. **Atitudes frente à violência contra a mulher**: o papel dos valores e da desumanização da mulher. 2015. 211 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7643>. Acesso em: 5 jan. 2021.

PEREIRA, M. G.; GALVÃO, T. F. Etapas de busca e seleção de artigos em revisões sistemáticas da literatura. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, n. 2, p. 369-371, jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742014000200019>. Acesso em: 21 nov. 2021.

PORTO, M. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In: STEVENS, C. *et al.* (org.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017.

RICKLI, E. M. **Violência contra estudantes universitários no ambiente acadêmico: uma análise por sexo**. 2020. 129 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000231205>. Acesso em: 31 mar. 2022.

RUFINO, A. (org.). Violência contra a mulher – um novo olhar. In: SEMINÁRIO VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR, MULHER E SAÚDE, 2001, Santos. **Anais [...]**. Santos, 2001.

RYAN, K. M. Rape and seduction scripts. **Psychology of Women Quarterly**, v. 12, n. 2, p. 237–245, jun. 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1988.tb00939>. Acesso em: 28 fev. 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALGADO, A. B. B.; MACRI JÚNIOR, J. R. Raça e Violência Sexual: âmbito de aplicação da vitimodogmática? **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 7, n. 12, p. 47-65, out. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/cesp.2017.33020>. Acesso em: 28 fev. 2022.

SANTOS, T. L. **Relatos de agressões, abusos e maus tratos durante a graduação em medicina: um estudo transversal conduzido durante a Pandemia de COVID-19**. 2021. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Saúde) – Universidade José do Rosário Vellano, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <http://tede2.unifenas.br:8080/jspui/handle/jspui/302>. Acesso em: 31 mar. 2022.

SAYURI, J.; SICURO, R. Abusos no campus. **The Intercept Brasil**, online, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades/>. Acesso em: 9 jul. 2021.

SCARPATI, A. S. **Os mitos do estupro e a (im)parcialidade jurídica: a percepção de estudantes de direito sobre mulheres vítimas de violência sexual**. 2013. 202 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3071>. Acesso em: 5 jan. 2021.

SCHMIDT, J. **Violência contra as mulheres no trabalho: o assédio sexual em uma Universidade Federal**. 2019. 87 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/17024>. Acesso em: 29 jan. 2021.

SOUSA, R. F. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p. 9-29, abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>. Acesso em: 29 jan. 2021.

TRISTÃO, A. C. **Caracterização do assédio sexual ambiental contra as mulheres nas relações de trabalho sob a perspectiva da jurisprudência dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª e da 15ª Regiões**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/202116>. Acesso em: 3 mar. 2022.

ZOTARELI, V. M. **Violência de gênero e sexual entre alunos de uma universidade paulista**. 2010. 88 f. Dissertação (Mestrado em Tocoginecologia) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/308235>. Acesso em: 29 jan. 2021.

Recebido: 19/05/2022.

Aprovado: 11/11/2023.

DOI: 10.3895/cgt.v17n48/49.15506.

Como citar: PAGEL, Wesley Henrique *et al.* Violência sexual e/na universidade. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 17, n. 48/49. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: 20 mai. 2026.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

